

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.33, n.5-6, maio/junho 2011

sumário

- 3 A SUPERINFLAÇÃO DAS *COMMODITIES*
Gilmar Mendes Lourenço
- 5 O EMPREGO FORMAL NO PARANÁ PÓS-CRISE ECONÔMICA
Ricardo Kureski
- 8 RESULTADOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL E PARANÁ EM 2009
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 12 ANTIDUMPING: O BRASIL SE DEFENDE
Guilherme Amorim
- 14 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 16 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Depois da retração de mais de 16,0% constatada em 2009, em resposta à instabilidade financeira de 2008, as cotações internacionais das *commodities* (matérias-primas agrícolas, minerais e metálicas) retomaram a rota alta em 2010, exibindo variação de 26,3%, chegando inclusive a suplantarem o pico contabilizado antes da eclosão da crise, e devem subir 21,6% em 2011, de acordo com prognósticos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tal comportamento repousa em dois fluxos sincronizados do aparelho de negócios: o real e o financeiro. Pela órbita real, observa-se a vertiginosa expansão das economias emergentes, num estágio de recuperação parcial das bases econômicas avançadas, em resposta aos incentivos monetários e fiscais acionados por governos e bancos centrais. Atualmente, os emergentes são responsáveis por mais de 75,0% da expansão da produção agrícola no mundo.

Tal processo é ancorado especialmente nas inversões em infraestrutura e na rápida escalada da demanda por bens de consumo (duráveis, semiduráveis e não-duráveis) do mercado chinês, e reforçado, no caso dos alimentos, pela diminuição dos estoques globais provocada por vários problemas de ordem climática, particularmente as enchentes na Austrália, Paquistão e parcela da Índia, e a estiagem na China, Argentina e Europa Oriental.

Ao mesmo tempo, a intensificação da procura por combustíveis alternativos ao petróleo tem contribuído para o acirramento do conflito entre alimentos e lavouras energéticas, como milho e cana-de-açúcar. Ademais, a elevação dos rendimentos da fração populacional mais pobre induziu alterações nas dietas alimentares, com a multiplicação da demanda por proteínas como carne, leite, óleos vegetais e frutas.

Assim, parte expressiva da colheita de milho dos Estados Unidos (EUA) é desviada para a fabricação de etanol e a crescente produção de biodiesel tem exigido a absorção de parcelas maiores das safras de soja no Brasil, notadamente com a estagnação do volume processado de cana-de-açúcar para obtenção de álcool, em razão da forte subida dos preços do açúcar no mercado externo.

Pelo ângulo financeiro, é fácil perceber a renovação do vigor do movimento de migração de recursos das carteiras amparadas em papéis de curto prazo de empresas ou de governos, em um cenário de juros reais negativos prevalecente nos mercados considerados desenvolvidos, na direção das modalidades especulativas dos fundos de *commodities*.

Esse curso é altamente favorecido pelo pronunciado desnível entre oferta e demanda física de produção, agudizado pelas tensões no Norte da África e no Oriente Médio, capitaneada pela turbulência política das nações árabes, começando com a queda do governo da Tunísia, passando pela revolta no Egito e chegando à guerra civil e ações militares externas na Líbia, e pelos efeitos da tragédia que atingiu o Japão, formada, na sequência, por terremotos, *tsunami* e o acidente nuclear (Fukushima), em meados de março do corrente ano.

Decerto, em curto prazo, a diminuição das posições especulativas compradas nos mercados futuros, em face da reavaliação dos riscos dos portfólios das empresas, e a provável realocação de liquidez, associadas às previsões de diminuição da velocidade de crescimento da economia mundial, liderada por Estados Unidos e Europa, e às incertezas no Oriente Médio, provocaram queda nos preços.

Adicionalmente, apareceu a interrupção das atividades de produção de algumas grandes indústrias japonesas (Toshiba, Sony, Toyota, Nissan e Honda) e os gargalos de oferta de matérias-primas, que afetaram o funcionamento de cadeias produtivas globais nas áreas automotiva e eletroeletrônica e comprimiram os fluxos de renda e de demanda. Afinal, a economia japonesa ostenta a posição de 3º maior consumidor de petróleo do planeta, além de adquirir 15,0% do carvão mineral, 13,0% do minério de ferro e 5,0% de metais, com ênfase para cobre, zinco e alumínio.

* Economista, pesquisador do IPARDES.

Mas, parece razoável admitir que, em médio prazo, a própria reconstrução do Japão, sustentada em investimentos públicos e privados, notadamente em infraestrutura, deverá ampliar os requerimentos de minério de ferro, aço e outros insumos, revigorando os patamares de negócios, os preços, especialmente aqueles dos segmentos de alimentos.

A marcha ascendente dos preços revela-se mais perigosa no quesito segurança alimentar

Diga-se de passagem que a tendência ascendente dos preços revela-se mais perigosa no quesito segurança alimentar. De um lado, observa-se apreciável peso do item alimentos no orçamento das famílias mais pobres da população, representando cerca de 40,0% contra 10,0% para os mais ricos. Segundo cálculos da Organização das Nações Unidas (ONU), os alimentos explicam mais de 30,0% das variações de preços no varejo nas nações emergentes e 13,0% nas avançadas. De outro extremo, ainda conforme a ONU e o Banco Mundial, há o registro de mais de 1 bilhão de pessoas em situação de fome crônica no planeta.

De pronto, emerge a premência de rediscussão de assuntos como protecionismo, integração de mercados, limitações a expedientes de controles isolados às exportações e maior regulação das aplicações financeiras em papéis atrelados aos alimentos.

Mesmo porque, pesquisas recentes, preparadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), projetam mais uma década de ascensão para os preços das *commodities* agrícolas, baseados nas carnes (50,0%) e cereais, petróleo e biocombustíveis (20,0%).

A estimativa de expansão da produção agrícola é de 1,7% ao ano, contra 2,6% a.a. no decênio anterior, devido à diminuição da superfície de terras aptas para incorporação aos processos produtivos, sendo que 30,0% da cana, 15,0% dos óleos vegetais e 13,0% dos grãos são empregados como matéria-prima para a produção de etanol.

No que se refere ao Brasil, responsável por metade do comércio mundial de carnes e 25,0% de açúcar, é preciso redobrada cautela nas avaliações dos impactos dessa conjuntura. Por certo, é visível o ativo proporcionado pela elevação dos termos de intercâmbio e provável recuperação da balança comercial, associado à safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas, calculada em 161,9 milhões de toneladas para 2011, superando em 7,8% a safra de 2010.

Contudo, os ganhos podem ser anulados em caso de recrudescimento das pressões inflacionárias, pela vertente dos preços internacionais, e de acentuação da perda de competitividade das exportações, sobretudo industriais, e impulsão das importações, por conta da valorização da taxa de câmbio.

Logo, apesar do clima de otimismo reinante nos mercados, com os recuos acusados pelo índice de *commodities*, aferido pelo Banco Central, de 1,64% em abril e 4,47% em maio de 2011, imputados aos sinais de arrefecimento dos níveis de atividade da economia global, a elevação de 31,29% em doze meses, sendo 44,91% para os produtos de procedência agropecuária, constitui permanente fonte de preocupação.

O EMPREGO FORMAL NO PARANÁ PÓS-CRISE ECONÔMICA

Ricardo Kureski*

As economias paranaense e brasileira em 2010 obtiveram desempenhos positivos de 8,3% e 7,5% respectivamente, após os resultados negativos de 2009, decorrentes da crise financeira internacional, que teve origem no mercado imobiliário americano.

Para evitar o agravamento da instabilidade e, conseqüentemente, o aumento do desemprego, o governo federal adotou medidas de política fiscal e monetária, tais como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automotiva, para linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar) e materiais de construção, ampliação dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), redução da taxa de juros Selic, alteração nas faixas para recolhimento de imposto de renda e, por fim, a flexibilização do recolhimento do depósito compulsório bancário, para aumentar a liquidez do sistema financeiro.

Este texto tem como objetivo avaliar o desempenho do mercado formal de emprego no Paraná a partir da crise econômica iniciada em 2008, tendo como base as estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No primeiro ano, o Estado contou com um estoque de 2,503 milhões de empregos formais. Mesmo com o advento da crise, não houve desaceleração na criação de postos de trabalho. O estoque de emprego cresce, de 2008 para 2009, em 4,5% no Brasil e 5,3% no Paraná, mesmo com maior retração do PIB estadual (-1,2%) quando comparado com resultado nacional (-0,6%).

A dinâmica da economia paranaense é fortemente influenciada pelo setor agropecuário. A redução da produção de soja e milho em 2009 impactou diretamente o resultado negativo de 1,2% do PIB paranaense. Entretanto, como estes produtos não são intensivos em mão de obra, a menor produção não afetou a criação de postos de trabalho, cuja participação do Paraná no total nacional passou de 6,35%, em 2008, para 6,40%, em 2009 (tabela 1).

TABELA 1 - EMPREGO FORMAL NO BRASIL E PARANÁ - 2008-2010

ANO	NÚMERO DE EMPREGOS		TAXA DE CRESCIMENTO (%)		PR/BR (%)
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	
2008	39 441 503	2 503 895	-	-	6,35
2009	41 207 546	2 637 789	4,48	5,35	6,40
2010	44 068 355	2 783 715	6,94	5,53	6,32

FONTE: MTE-RAIS

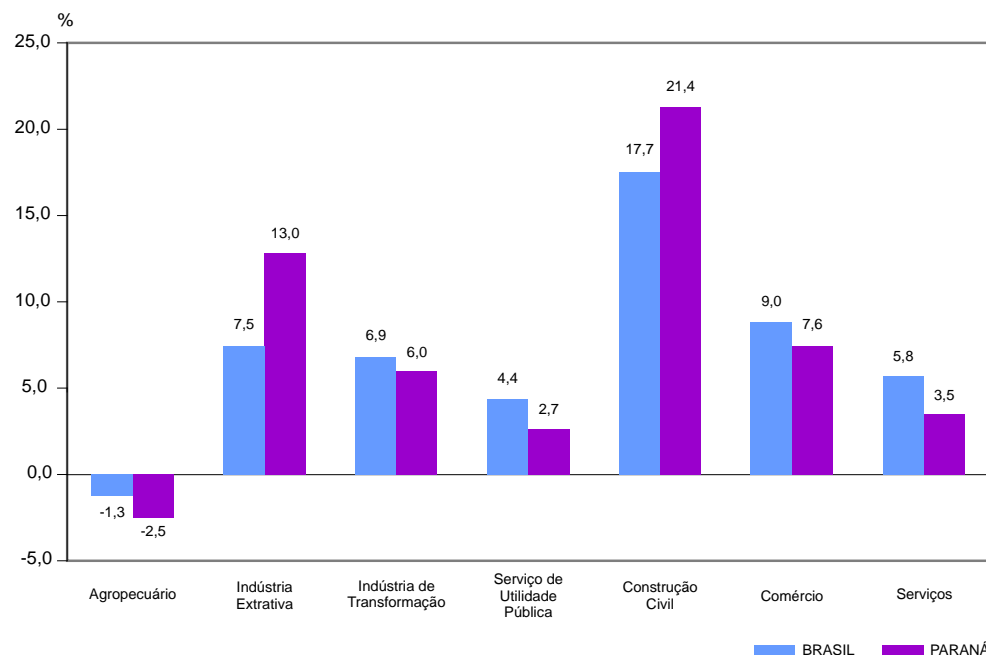
* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

¹ LIMA, Fernando Raphael Ferro de; CASTRO, Francisco J. G. de. Investimentos do PAC no Estado do Paraná: Avaliação Preliminar. **Comunicados para o Planejamento n.º 5**, IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/comunicados_planejamento/Comunicado_Planejamento_5.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2011.

O segmento com maior expansão no emprego foi a construção civil, impulsionada pelos financiamentos da Caixa Econômica Federal, através do Programa “Minha Casa, Minha Vida” e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com Lima e Castro (2011), no período que compreende os anos de 2007 e 2010, os investimentos do PAC no Paraná atingiram R\$ 24,257 bilhões, sendo R\$ 971,9 milhões em logística, R\$ 9,188 bilhões no eixo energético e R\$ 14,097 bilhões no eixo social e urbano.

Na indústria de transformação, participa com 22,65% do total de empregos do Estado em 2010. A política de redução do IPI para a indústria automobilística resultou em aumento da produção, impulsionando o emprego (6,0%) na indústria de transformação (gráfico 1). Os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que a produção do segmento de veículos automotores foi ampliada em 57,59%, em 2010, no Estado.

GRÁFICO 1 - VARIACÃO PERCENTUAL DOS EMPREGOS FORMAIS SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO BRASILE PARANÁ - 2010



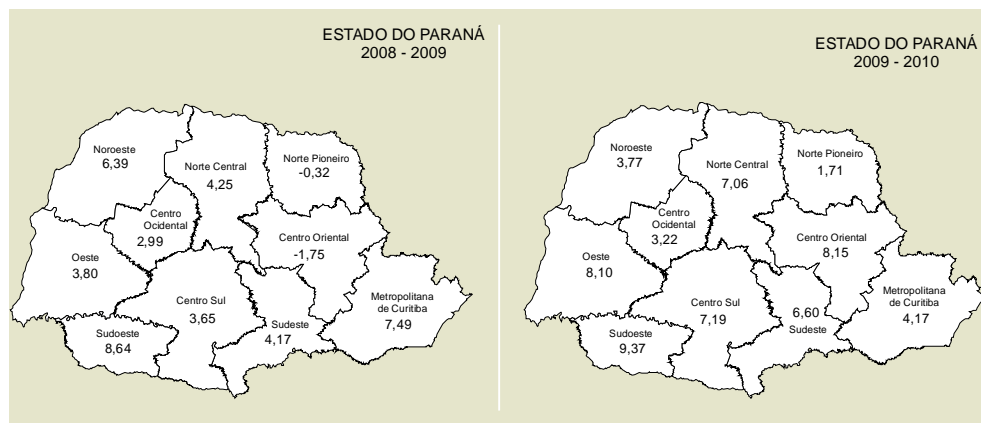
FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS
 NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Considerando a performance do setor de serviços, a expansão no emprego formal foi superior na esfera nacional (5,8%) comparativamente com a economia paranaense (3,5%). Neste particular, esse resultado foi decorrência dos empregos na administração pública, com incremento superior no total nacional (1,82%), em contraste com perdas de postos de trabalho no Paraná (-4,67%).

Por uma ótica regional (figura 1), verifica-se que das 10 mesorregiões paranaenses, apenas duas tiveram variação negativa no volume de emprego formalizado, a saber, Norte Pioneiro (-0,32%) e Centro-Oriental (-1,75%). No primeiro caso, o resultado foi puxado pelo segmento de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, com redução de -22,91%, equivalendo ao fechamento de 2.377 postos de trabalhos formais. No segundo, a atividade madeira e mobiliário experimentou queda de -12,49%, o correspondente à perda de 1.539 vínculos.

No Noroeste houve ampliação de 6,39% do emprego formal, com destaque para o segmento de Alimentos e Bebidas (2.939 postos). Na região metropolitana de Curitiba, que concentra 45,31% dos empregos formais do Estado do Paraná, o acréscimo foi de 7,49%, alavancado pela construção civil (23,79%), que passou de 59.739 trabalhadores formais, em 2008, para 72.510, em 2009, consequência da já mencionada política de incentivo do governo federal no financiamento de imóveis pela Caixa Econômica Federal.

FIGURA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ - 2008-2009/2009-2010



FONTE: MTE-RAIS
 NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Diferentemente do que se observou no período anterior, entre 2009 e 2010 todas as mesorregiões acusaram resultados positivos. O destaque esteve com o Sudeste, com variação de 9,37%. Os segmentos com maior expansão foram: comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico (33,81%), transporte e comunicação (24,57%) e construção civil (17,25%).

O maior mercado de trabalho formal do Paraná, o da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, que representou 44,73% do total de vínculos formais em 2010, contabilizou um saldo positivo de 49.829 postos formais. O setor da construção civil passou de 59.739, em 2009, para 72.510, em 2010.

Um aspecto importante da evolução do emprego formal diz respeito à faixa de escolaridade. Nota-se o declínio na participação do nível fundamental incompleto e fundamental completo, que passa de 17,9% e 14,2%, em 2008, para 15,8% e 13,0%, em 2010, respectivamente. Em contrapartida, há incremento de 3,0% na participação do nível médio completo, indicando a tendência de contratação de empregados com patamares de escolaridade mais elevados. Estes resultados reforçam a necessidade de ampliação dos investimentos em educação técnica para a formação de trabalhadores qualificados compatíveis com a evolução do mercado de trabalho (tabela 2).

TABELA 2 - TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO FAIXA DE ESCOLARIDADE - PARANÁ - 2008-2010

FAIXAS DE ESCOLARIDADE	TRABALHADORES FORMAIS			PARTICIPAÇÃO (%)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Analfabeto	9 544	9 295	9 187	0,4	0,4	0,3
Fundamental incompleto	448 595	433 697	440 206	17,9	16,4	15,8
Fundamental completo	355 747	354 385	361 880	14,2	13,4	13,0
Médio incompleto	252 736	253 357	264 213	10,1	9,6	9,5
Médio completo	942 471	1 023 712	1 129 952	37,6	38,8	40,6
Superior incompleto	97 926	106 303	112 739	3,9	4,0	4,0
Superior completo	386586	444 931	448 265	15,4	16,9	16,1
Mestrado/doutorado	10 322	12 109	17 273	0,4	0,5	0,6
TOTAL	2 503 927	2 637 789	2 783 715	100,0	100,0	100,0

FONTE: MTE-RAIS

Em resumo, durante a crise internacional a economia do Paraná decresceu mais que a brasileira. Entretanto, no acumulado do emprego formal entre 2008 e 2010 a variação foi de 11,18%, próximo da nacional (11,73%). A orientação econômica anticíclica do governo federal alavancou principalmente a atividade da construção civil, mas a manutenção da dinâmica no mercado de trabalho formal impõe contínua elevação do grau de instrução da mão de obra, em face da maior complexidade do processo produtivo.

RESULTADOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL E PARANÁ EM 2009

*Fernando Raphael Ferro de Lima**

A indústria da construção civil é um setor que tem ganho destaque nos últimos anos, em função de sua expansão recente. Após longos anos de relativa estagnação, este segmento teve novo impulso com a ampliação do crédito para a aquisição e construção de imóveis. Políticas públicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deram ênfase a este ramo, em função de seus efeitos multiplicadores na economia, mas também para fazer frente aos déficits de infraestrutura e habitacional.

A Pesquisa Anual sobre a Indústria de Construção (PAIC), divulgada no dia 17 de junho pelo IBGE, levanta informações sobre o segmento empresarial da construção civil, permitindo análises para todo o País. Deve-se destacar, também, que a PAIC calcula o Valor Bruto de Produção (VBP), o Consumo Intermediário (CI) e o Valor Adicionado (VA) do setor, que posteriormente é utilizado como referência para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do País e das unidades da Federação.

Inicialmente, deve-se ressaltar que o ano de 2009 foi marcado pela crise iniciada em setembro de 2008. Os indicadores de volume da indústria, medidos pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentaram trajetória descendente ao longo do ano até setembro, quando os níveis de produção voltaram aos patamares de 2008. No comércio, apesar do crescimento das vendas não ter sido interrompido, em função dos estímulos creditícios e tributários concedidos à demanda, o ritmo diminuiu quando comparado com a expansão do ano anterior. No que diz respeito ao índice de desocupação, a taxa permaneceu estável ao longo do ano.

Ainda de acordo com o IBGE, o PIB retrocedeu -0,6% neste ano, como resultado da conjuntura desfavorável. Analisando o dado pelo lado da produção, as quedas maiores se deram na indústria de transformação e na agropecuária, com uma reduzida expansão dos serviços. Pela ótica da despesa, cabe destacar o forte recuo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a moderada expansão do consumo das famílias.

As variáveis macroeconômicas não retrocederam mais em virtude das medidas expansionistas tomadas pelo governo federal, especialmente a redução da taxa de juros Selic (ainda que tardia) e dos depósitos compulsórios dos bancos, bem como a ampliação do prazo para financiamentos, os aportes do BNDES para financiamento da produção, o aumento das linhas de financiamento dos bancos públicos e a desoneração de tributos sobre produção e consumo.

A construção civil e a indústria automobilística foram escolhidas pelo governo em razão de seus encadeamentos para frente e para trás no sistema econômico. Através do Decreto n.º 6.809 de março de 2009, foram reduzidas as alíquotas de IPI para diversos materiais de construção (chegando a 0%), e também dos automóveis, o que implicou queda de preços. Além disso, as vendas cresceram em decorrência da ampliação dos prazos de financiamento, queda das taxas de juro e abertura de novas linhas de crédito para imóveis.

Para impulsionar os investimentos, os desembolsos do BNDES direcionados às obras de infraestrutura somaram R\$ 48,7 bilhões em 2009. Pelo lado do consumidor, os financiamentos imobiliários, sob responsabilidade dos bancos comerciais, com destaque para a Caixa Econômica Federal, atingiram a expressiva cifra de R\$ 33,89 bilhões, um aumento de 13,0% em relação ao exercício anterior.

Ambas as medidas tiveram impacto direto sobre a construção civil. Como resultado, o valor das incorporações, obras e serviços da construção atingiu R\$ 199,547 bilhões em 2009, 12,1% acima de 2008, em termos reais. O número de empresas chegou a 63.735 e o pessoal ocupado a 2,048 milhões, aumentos de 11,6% e 13,4%, respectivamente. Os salários, retiradas e outras remunerações atingiram R\$ 31,85 bilhões, valor 18,72% superior ao resultado total de 2008 (tabela 1).

* Geógrafo, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Análise Conjuntural do IPARDES.

TABELA 1 - EMPRESAS, OCUPADOS, SALÁRIOS E VALOR DAS INCORPORAÇÕES, OBRAS E OUTROS SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO - BRASIL - 2009/2008

VARIÁVEL	2008	2009	VARIAÇÃO (%)
Número de empresas	57 102	63 735	11,62
Pessoal ocupado	1 806 258	2 048 409	13,41
Salários, retiradas e outras remunerações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	26 826 218	31 847 241	18,72
Valor das incorporações, obras e/ou outros serviços da construção ⁽²⁾ (R\$ mil)	178 017 413	199 547 426	12,09

FONTE: IBGE

(1) Valores de 2008 corrigidos pelo IPCA acumulado de 2009.

(2) Valores de 2008 corrigidos pelo IPCC acumulado de 2009.

Analisando as empresas segundo o número de ocupados, percebe-se que, entre aquelas com até quatro pessoas ocupadas, 66% das receitas foram obtidas na subatividade construção de edifícios, e apenas 9,3% com obras de infraestrutura. O restante (24,3%) coube a serviços especializados para a construção. Nas grandes empresas, com mais de 30 ocupados, 53,1% das receitas foram resultado de obras de infraestrutura, 35,6% da construção de edifícios e 11,2% de serviços.

A PAIC permite também a observação regional do comportamento de algumas variáveis, restrita, neste caso, às empresas com cinco ou mais funcionários. Alguns estados apresentaram crescimento do número de empresas maior que a média do País. Foi o caso do Distrito Federal, Paraná, Ceará, Minas Gérias, Goiás e Espírito Santo. As demais unidades federadas também tiveram um aumento maior do número de empresas. Por outro lado, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo ficaram abaixo da média, apesar de apresentarem resultados bastante expressivos.

O Paraná mostrou aumento de 20% no número de empresas e de 16,8% no pessoal ocupado em relação a 2008. Este resultado está relacionado à crescente formalização da atividade, devido à necessidade de atendimento das condições legais e trabalhistas para o acesso aos financiamentos governamentais (tabela 2).

TABELA 2 - CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS E PESSOAL OCUPADO NAS EMPRESAS COM 5 OU MAIS FUNCIONÁRIOS - BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS - 2008/2009

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPRESAS ATIVAS				PESSOAL OCUPADO			
	2008	2009	Part. (%)	Var. (%)	2008	2009	Part. (%)	Var. (%)
São Paulo	9 206	10 543	28,6	14,5	544 021	606 060	31,0	11,4
Minas Gerais	3 664	4 283	11,6	16,9	240 448	68 459	13,7	11,6
Rio Grande do Sul	2 811	3 177	8,6	13,0	76 276	87 249	4,5	14,4
Rio de Janeiro	2 533	2 777	7,5	9,6	192 293	222 967	11,4	16,0
Paraná	2 251	2 702	7,3	20,0	83 062	97 040	5,0	16,8
Santa Catarina	1 986	2 228	6,0	12,2	57 056	63 512	3,2	11,3
Bahia	1 228	1 343	3,6	9,4	78 209	95 774	4,9	22,5
Espírito Santo	906	1 043	2,8	15,1	41 050	42 785	2,2	4,2
Goiás	882	1 028	2,8	16,5	42 536	52 712	2,7	23,9
Pernambuco	920	1 000	2,7	8,7	54 631	64 036	3,3	17,2
Ceará	695	819	2,2	17,9	45 775	57 539	2,9	25,7
Distrito Federal	616	808	2,2	31,1	40 850	50 384	2,6	23,3
Outros Estados	4 412	5 074	13,8	15,0	212 382	246 985	12,6	16,3
BRASIL	32 111	36 824	100,0	14,7	1 708 589	1 955 502	100,0	14,5

FONTE: IBGE

A variável “Salários, retiradas e outras remunerações” também apresentou expressivo crescimento, destacando-se, novamente, o Paraná e o Rio de Janeiro com os maiores aumentos reais, de 36,3% e 39,6%, respectivamente. Dentre os estados selecionados, o Distrito Federal foi o único em que esta variável ficou abaixo de 2 dígitos de variação real. Já para o “Valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção”, houve variação real negativa no Espírito Santo, e em Santa Catarina onde o valor permaneceu praticamente estável. No Brasil, a variação foi de 12,9%, e no Paraná de 21,7%, resultado inferior apenas ao do Distrito Federal, Ceará e Rio de Janeiro (tabela 3).

TABELA 3 - VARIÁVEIS SELECIONADAS DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA SEDE DA EMPRESA - BRASIL - 2008-2009

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SALÁRIOS, RETIRADAS E OUTRAS REMUNERAÇÕES				VALOR DAS INCORPORAÇÕES, OBRAS E/OU SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO			
	2008	2009	Part. (%)	Var. Real ⁽¹⁾ (%)	2008	2009	Part. (%)	Var. Real ⁽²⁾ (%)
São Paulo	10 367 473	11 947 027	38,4	15,2	64 144 770	71 387 516	37,0	11,3
Minas Gerais	3 610 078	4 104 565	13,2	13,7	23 355 913	24 903 238	12,9	6,6
Rio Grande do Sul	980 828	1 167 816	3,8	19,1	6 363 497	7 166 016	3,7	12,6
Rio de Janeiro	3 341 292	4 664 153	15,0	39,6	22 943 987	28 106 363	14,6	22,5
Paraná	1 125 909	1 534 190	4,9	36,3	7 874 073	9 580 208	5,0	21,7
Santa Catarina	665 404	771 579	2,5	16,0	5 248 636	5 278 592	2,7	0,6
Bahia	1 152 744	1 336 854	4,3	16,0	7 097 181	7 552 860	3,9	6,4
Espírito Santo	443 737	495 698	1,6	11,7	3 222 586	2 969 823	1,5	-7,8
Goiás	537 797	638 339	2,1	18,7	4 078 732	4 726 000	2,4	15,9
Pernambuco	577 707	680 282	2,2	17,8	3 495 662	3 976 193	2,1	13,7
Ceará	508 591	607 568	2,0	19,5	3 410 745	4 162 116	2,2	22,0
Distrito Federal	548 238	597 709	1,9	9,0	4 571 516	5 657 642	2,9	23,8
Outros Estados	2 202 174	2 575 192	8,3	16,9	15 261 970	17 661 748	9,1	15,7
BRASIL	26 061 972	31 120 970	100,0	19,4	171 069 266	193 128 315	100,0	12,9

FONTE: IBGE

(1) Valores corrigidos pelo IPCA acumulado de 2009.

(2) Valores corrigidos pelo IPCC acumulado de 2009.

Alguns indicadores dão ideia das diferenças regionais na indústria da construção civil. Em relação ao número de empresas e ao pessoal ocupado, pode-se observar que em vários estados a participação no número de empresas é maior que o total de ocupados, o que indica um número médio maior de funcionários por empresa. É possível verificar que o número de ocupados por empresa é significativamente maior que a média nacional no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais e Distrito Federal e São Paulo. Por outro lado, era inferior à média nacional no Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul, que apresentou o menor número médio de ocupados por empresa (tabela 4).

TABELA 4 - VARIAÇÃO NA MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO POR EMPRESA - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 2008/2009

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO POR EMPRESA	
	2008	2009
São Paulo	59	57
Minas Gerais	66	63
Rio Grande do Sul	27	27
Rio de Janeiro	76	80
Paraná	37	36
Santa Catarina	29	29
Bahia	64	71
Espírito Santo	45	41
Goiás	48	51
Pernambuco	59	64
Ceará	66	70
Distrito Federal	66	62
Outros Estados	48	49
BRASIL	53	53

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

À exceção de Rio de Janeiro e São Paulo, todos os estados pagavam salários médios inferiores ao nacional. Contudo, quando examinada a variação dos salários em relação ao exercício anterior, constata-se variação negativa real na Bahia (-5,3%), Ceará (-5%), Goiás (-4,2%) e Distrito Federal (-11,4%). Por outro lado, as maiores variações positivas ocorreram no Rio de Janeiro e no Paraná, com elevações de 20,4% e 16,6%, respectivamente (tabela 5).

TABELA 5 - INDICADORES DE PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 2009

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SALÁRIO/OCUPADO ⁽¹⁾			VALOR/OCUPADO ⁽²⁾		
	2008 ⁽³⁾	2009	Var. Real (%)	2008 ⁽⁴⁾	2009	Var. Real (%)
São Paulo	1 466	1 516	3,4	117 909	117 790	-0,1
Minas Gerais	1 155	1 176	1,8	97 135	92 764	-4,5
Rio Grande do Sul	989	1 030	4,1	83 428	82 133	-1,6
Rio de Janeiro	1 337	1 609	20,4	119 318	126 056	5,6
Paraná	1 043	1 216	16,6	94 797	98 724	4,1
Santa Catarina	897	935	4,2	91 991	83 111	-9,7
Bahia	1 134	1 074	-5,3	90 746	78 861	-13,1
Espirito Santo	832	891	7,2	78 504	69 413	-11,6
Goiás	973	932	-4,2	95 888	89 658	-6,5
Pernambuco	813	817	0,5	63 986	62 093	-3,0
Ceará	855	812	-5,0	74 512	72 335	-2,9
Distrito Federal	1 032	913	-11,6	111 911	112 290	0,3
Outros Estados	798	802	0,6	71 861	71 509	-0,5
BRASIL	1 173	1 224	4,3	100 123	98 761	-1,4

FONTES: IBGE - PAIC

(1) Total dos salários, retiradas e outras remunerações dividido pelo número de ocupados. O resultado foi dividido por 13.

(2) Total do valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção dividido pelo número de ocupados.

(3) Valores corrigidos pelo IPCA acumulado de 2009.

(4) Valores corrigidos pelo IPCC acumulado de 2009.

Considerando como medida de produtividade a receita gerada por pessoal ocupado, observa-se que, novamente, com exceção do Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, os demais estados tiveram uma variação negativa deste indicador, apontando que o crescimento dos salários pagos foi superior ao das receitas geradas. Isto pode ser resultado da incorporação de novas empresas ao resultado, em função do crescimento das contratações, mas, de qualquer modo, mostra uma queda de eficiência do conjunto de empresas, tendo em vista a redução do valor produzido por ocupado. No Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, a produtividade é superior à média do País, sendo que o Paraná ocupa a 4.^a posição em relação às 27 unidades da Federação.

Os expressivos resultados da Construção Civil em 2009, na contramão da recessão da economia, podem ser atribuídos, em grande parte, aos incentivos concedidos pelo governo federal. No que se refere ao Paraná, o fato de contar com uma das cidades-sede da Copa de 2014 deverá garantir a realização de investimentos, tanto na ampliação da infraestrutura, quanto no mercado imobiliário e no setor hoteleiro para os próximos anos.

A triangulação de mercadorias importadas pelo Brasil, com a finalidade de burlar sobretaxas aplicadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em casos de *dumping*, tem crescido desde o segundo semestre do ano passado. A pressão dos industriais brasileiros provocou relevante reorganização institucional, com o objetivo de tornar mais eficiente a fiscalização dessas transações que violam flagrantemente as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC define *dumping* como a aplicação, a bens exportados, de preços abaixo dos custos de produção, daqueles praticados no mercado interno e nos demais mercados. Esse mecanismo espúrio de promoção comercial é tradicionalmente combatido pelo país importador, para salvaguardar sua indústria e equilibrar a competição, com a imposição de tarifas alfandegárias que equalizem os preços praticados. Identificados e punidos com tarifas *antidumping*, os exportadores eventualmente mascaram a origem das mercadorias, atribuindo-lhes a um outro país, artifício igualmente ilegal conhecido como triangulação.

O crescimento do número de casos suspeitos de triangulação levou à criação, em junho deste ano, de um grupo interinstitucional, composto por membros do Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do MDIC, da Receita Federal, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Organizado com o intuito de tornar as investigações mais céleres, o maior desafio desse grupo é concatenar eficientemente o grande volume de informações gerado pelo aparato de fiscalização.

Presentemente, há 49 investigações em curso, analisando 21 itens, dentre bens de consumo e intermediários. Entre a abertura do processo no MDIC e a aplicação de sanções, é frequente o incremento na entrada de produtos investigados, visando à estocagem. Essa aceleração do fluxo ingressante, com a intenção de evitar possíveis medidas punitivas através da antecipação de negócios, é combatida com a exigência de licença prévia de importação.

Tal instrumento foi utilizado este ano quando, em seis dos 49 casos, detectou-se a tentativa de estocagem de mercadorias investigadas. Sujeita a regras estabelecidas pela OMC, essa medida pode ser aplicada somente após 60 dias a contar do início da investigação e nunca por prazo superior a seis meses. Na prática, funciona como tarifação *ex ante* e pressupõe que a parte atingida pelo *antidumping* tenha condições de realizar a investigação e produzir provas capazes de definir a questão, liberando ou sobretaxando a entrada das mercadorias. Nesse ponto, a criação do grupo deve mostrar resultados tangíveis em curto período de tempo, uma vez que o acesso cruzado a bases de dados já existentes acelerará avaliações e eventuais sanções.

A intensificação da fiscalização compeliu parte dos negociadores visados a utilizar o subterfúgio da triangulação. As indústrias brasileiras de calçados e produtos têxteis têm sido atingidas de forma contumaz pela prática. Em março do ano passado, o DECOM concluiu processo contra o *dumping* de calçados chineses e foi imposta tarifa adicional, por par, de US\$ 13,85. A partir do segundo semestre, houve sensível incremento de entrada de calçados oriundos de países sem tradição na venda de sapatos para o Brasil.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) fortalecem a suspeita de que a adulteração de origem está ocorrendo: nos cinco primeiros meses de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior, a entrada de calçados provenientes do Vietnã, Indonésia e Hong Kong cresceu, respectivamente, 40%, 127% e 412%. Suspeita-se de que prática semelhante ocorra na importação de cobertores chineses, submetidos à tarifação *antidumping* desde abril do ano passado. Nesse caso, o desvio tem se dado através de importações paraguaias e uruguaias de cobertores, que posteriormente são distribuídos no

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

mercado brasileiro. No primeiro quadrimestre deste ano, o ingresso de cobertores originários do Uruguai foi seis vezes superior ao registrado no mesmo período de 2010. Entre 2007 e 2010, a importação de cobertores chineses pelo Uruguai cresceu mais de 3.800%.

No final de abril, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu infligir maior penalidade ao *dumping*. Até então, não era aplicada taxa punitiva equivalente à diferença apurada. Como no caso dos calçados chineses, era cominada tarifa que equilibrasse os preços da mercadoria importada e nacional. A partir de abril, a CAMEX cobrará a plena diferença apurada entre os preços de entrada no Brasil e aqueles praticados no país de origem. A utilização dessa penalidade gera alguma polêmica, uma vez que tende a reduzir o nível de concorrência. A medida, entretanto, é amparada pelas normas da OMC e justificada como instrumento de defesa comercial.

A complexidade do cálculo de taxas *antidumping* e a dificuldade de aplicação das mesmas têm crescido com a expansão da indústria chinesa. Sua admissão à OMC em dezembro de 2001 não tornou o cenário mais simples. Considerada uma economia com forte influência estatal (*non-market economy*) pela maioria de seus pares na entidade, a China tem sido submetida a progressivo escrutínio e consequentes investigações. Em menos de dez anos, a China foi condenada em 563 processos de *dumping* na OMC – trinta deles movidos por iniciativa ou contando com participação brasileira. Como parâmetro de análise, 2.433 condenações do gênero ocorreram na história desse organismo regulador.

O maior obstáculo ao cômputo das sobretaxas a serem aplicadas a mercadorias oriundas de economia com forte influência estatal é a incapacidade de uso dos preços praticados em seu mercado interno como base de cálculo. As regras para a escolha de um terceiro mercado não são claras, e há, frequentemente, dificuldade em reunir as informações necessárias.

Paralelamente à criação desse grupo executivo, medidas normativas associadas a investimentos na estrutura de exame das importações tornam mais rigoroso o processo de entrada de mercadorias. Exemplo disso é a exigência de que bens manufaturados demonstrem, na alfândega, as mesmas especificações técnicas de seus similares nacionais. A Receita Federal e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) planejam implantar essa norma até o final do ano. Atualmente, a fiscalização desses bens somente ocorre quando eles chegam ao varejo.

A valorização do real e o enfraquecimento da demanda em mercados tradicionais, Estados Unidos e União Europeia em particular, tornam o comércio internacional brasileiro mais suscetível a práticas solertes. Em 2010, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), o índice de *quantum* das importações brasileiras cresceu 37%, em relação ao ano anterior. A variação na entrada de bens de consumo duráveis e de bens intermediários foi ainda maior, 47,7% e 39,7%. No mesmo período, o índice de preços desses bens sofreu variação bem inferior, de 3,8% e 0,7%. A expectativa de mercado, colhida pelo Banco Central, para o total da importação brasileira no ano de 2011 é de US\$ 222,45 bilhões. Se confirmado, esse montante representará crescimento de 22,45% em relação ao ano passado.

Superada a resistência inicial de compartilhamento de informações entre os órgãos do grupo interinstitucional, a maior dificuldade para que a iniciativa logre sucesso reside na necessidade de recursos para dotá-lo de pessoal qualificado e tecnologia apropriada às tarefas dispostas.

AGROINDÚSTRIA

Abatedouro de frangos em Santo Inácio

No município de Santo Inácio, na Região Norte Central do Paraná, será construído abatedouro da BR Frango, companhia controlada pelo antigo proprietário da Frangobras. As instalações demandarão investimentos de R\$ 100 milhões, com capacidade diária de abate de 210 mil frangos. A empresa planeja duplicar o número de aves abatidas até 2013, o que exigirá alocação de R\$ 48 milhões adicionais.

A BR Frango planeja, ainda, a construção de uma fábrica de ração. A indústria é proprietária de 100 aviários e contará com o fornecimento de aves oriundas de 250 outros aviários integrados.

LIMA, Marli. Ex-dono da Frangobras agora investe em novo abatedouro no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 jun. 2011. Empresas, p.B13.

INDÚSTRIA

Fábrica de clínquer e cimento em Ponta Grossa

A Cimpor, multinacional portuguesa, investirá 190 milhões de euros na construção de uma fábrica de cimento e clínquer (produto obtido pelo cozimento de calcário e argila) na área da mina Cerrado Grande, em Ponta Grossa, Região Centro-Oriental do Estado. Estima-se que a indústria entrará em operação no início de 2014.

A Cimpor possui instalações nos Estados da Paraíba e Goiás, onde produz 6,5 milhões de toneladas de cimento por ano. A expectativa é de que a unidade paranaense produza, anualmente, 2,6 milhões de toneladas.

LIMA, Marli. Cimpor terá fábrica em Ponta Grossa. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 maio. 2011. Empresas, p.B8.

Volvo fabricará ônibus híbrido em Curitiba

A multinacional sueca Volvo investirá US\$ 10 milhões para implantar uma linha de produção de ônibus híbridos, que funcionam com dois motores, a diesel e elétrico. Os primeiros veículos deverão estar prontos até o final do primeiro semestre de 2012. A Prefeitura de Curitiba assumiu compromisso de compra de 30 desses veículos em 2012 e outros 30 no ano seguinte.

A empresa também investirá R\$ 80 milhões para expandir o seu setor de pintura de cabines de caminhão. A fábrica na Cidade Industrial de Curitiba produz 107 cabines diariamente, para caminhões pesados e semipesados.

OLMOS, Marli. Volvo vai ampliar área de pintura em Curitiba. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 jun. 2011. Empresas, p.B1.

SILVA, Cleide. Volvo do Brasil vai fabricar ônibus híbrido. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2011. Economia, p.B14.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/05/2011 a 30/06/2011.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Sumitomo fabricará pneus em Fazenda Rio Grande

A multinacional japonesa Sumitomo Rubber Industries construirá uma fábrica de pneus no município de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba. A planta será instalada em terreno de aproximadamente 500 mil metros quadrados e estima-se que será capaz de

produzir 15 mil pneus por dia quando estiver plenamente operacional, em 2016. A expectativa é de que a multinacional, dona da marca Dunlop, invista R\$ 560 milhões no empreendimento.

O projeto prevê que a construção da fábrica comece em 2012 e que a produção seja iniciada no ano seguinte. O grupo Sumitomo atua em dois outros segmentos industriais no Brasil: fabricação de guindastes e de dutos para a indústria petrolífera.

LIMA, Marli. Sumitomo confirma unidade no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 maio. 2011. Empresas, p.B8.

SUMITOMO terá fábrica de pneus no PR, diz jornal. *O Estado de S. Paulo*, 17 maio. 2011. Economia, p.B13.

Nova fábrica de embalagens em Ponta Grossa

A multinacional chilena BO Packaging planeja alocar US\$ 70 milhões na construção de uma fábrica no município de Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense. Fornecedora de indústrias de alimentos, redes de restaurantes e prestadoras de serviços de limpeza, a empresa atualmente produz embalagens recicláveis em duas plantas em Santiago.

A estrutura será construída em terreno de aproximadamente 100 mil metros quadrados doado pela prefeitura local.

LIMA, Marli. BO Packaging terá fábrica no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 maio. 2011. Empresas, p.B9.

THK se instalará no Paraná

A multinacional japonesa THK, que atua na produção de material para a indústria de veículos automotores, implantará unidade no município de Ponta Grossa, Região Centro-Oriental Paranaense. A empresa já opera no Brasil através de planta em São Paulo.

A fábrica de Ponta Grossa produzirá peças para a suspensão de automóveis, sob a marca Rhythm, subsidiária da THK. A companhia planeja construir, em dois anos, uma segunda planta na cidade, destinada à produção de peças para as indústrias do ramo de robótica.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Sig Combibloc inaugura fábrica em Campo Largo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 jun. 2011. p.18.

Fábrica da Sig Combibloc em Campo Largo

Foi inaugurada em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, planta industrial da multinacional suíça-neozelandesa Sig Combibloc, fabricante de embalagens para alimentos. A indústria começará a operar com plena utilização da capacidade instalada, em condições de produzir 1 bilhão de embalagens anualmente. A empresa planeja duplicar as instalações nos próximos dois anos, investindo 90 milhões de euros na fábrica até 2013.

A produção atenderá os mercados brasileiro e chileno. Inicialmente, o papel laminado utilizado no Brasil será importado de outras fábricas da companhia, mas a Sig Combibloc negocia com fornecedores locais de papel-cartão e estuda a aquisição de equipamentos para nacionalizar sua produção.

FONTES, Stella. Sig Combibloc vai dobrar produção no PR em 2 anos. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 jun. 2011. Empresas, p.B8.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Sig Combibloc inaugura fábrica em Campo Largo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 jun. 2011. p.18.

Electrolux investe US\$ 8 milhões em sua fábrica paranaense

A fábrica da Electrolux localizada na Cidade Industrial de Curitiba investiu US\$ 8 milhões na implantação de uma linha de produção de ferros de passar roupas. As instalações têm capacidade de produzir 4.500 unidades desse utensílio diariamente. Atualmente, a multinacional sueca fabrica aspiradores de pó e lavadoras de alta pressão nessa planta.

Os ferros de passar roupas eram importados da Ásia. A empresa considera produzir localmente outros eletrodomésticos que são fabricados fora do Brasil, como liquidificadores e torradeiras.

LIMA, Marli. Electrolux investe no "made in Brasil". *Valor Econômico*, São Paulo, 08 jun. 2011. Empresas, p.B11.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	39 174	189 082	4 827	31 090	793 800	25 532

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	75 497	99 009	1 311	649 910	54 213 109	83 421	52 600	194 483	3 697

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 160 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011 ⁽¹⁾	523 787	836 890	1 598	201 668	4 551 093	22 574	2 485 020	13 371 438	5 381

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	369	971	2 631	4 575 939	15 438 375	3 374	1 027 486	2 803 788	2 729

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
1998	854 517	236 358	193 435	Março	239 997	28 977	43 854
1999	957 237	198 873	229 466	Abril	225 476	27 639	42 257
2000	1 041 412	181 113	235 315	Maio	232 068	28 791	43 956
2001	1 121 828	197 985	263 451	Junho	228 155	30 774	45 041
2002	1 235 681	219 350	333 951	Julho	245 922	28 951	47 393
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	233 291	27 815	46 412
2004	1 557 656	276 808	340 645	Setembro	232 140	31 644	46 126
2005	1 788 481	308 947	367 765	Outubro	224 600	31 111	46 455
2006	1 856 538	316 897	390 394	Novembro	221 656	27 764	45 675
2007	2 057 318	295 010	437 152	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2008	2 480 908	279 609	454 340	2011 ⁽¹⁾	703 777	65 600	142 908
2009	2 489 061	282 220	509 156	Janeiro	282 175	21 329	45 270
2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Março	248 135	23 633	51 843

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maio	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	3 101 533	47,81	786 969	12,13	2 454 344	37,83	144 959	2,23	6 487 805
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Maio	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	6 487 805	6 940 998	- 453 193	94 614 434	86 059 007	8 555 427
Janeiro	864 680	1 283 507	- 418 827	15 214 353	14 796 047	418 306
Fevereiro	1 027 035	1 175 092	- 148 057	16 732 470	15 536 091	1 196 379
Março	1 327 415	1 348 630	- 21 215	19 285 977	17 735 204	1 550 773
Abril	1 567 543	1 454 420	113 123	20 172 977	18 309 861	1 863 116
Maio	1 701 132	1 679 349	21 783	23 208 657	19 681 804	3 526 853

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93	94,56	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09	137,79	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73	136,39	
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78	109,02	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72	217,93	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76	213,74	
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76	152,90	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99	1 674,87	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00	229,33	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53	149,71	

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	Abr/10	Maio/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	
Combustíveis e lubrificantes	85,39	88,32	87,49	94,39	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	83,15	84,65	80,85	88,89	78,22	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	128,30	127,53	126,80	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	136,65	133,52	125,55	137,10	150,43	
Hipermercados e supermercados	126,95	125,96	125,09	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	135,02	132,04	123,89	135,48	148,65	
Tecidos, vestuário e calçados	132,23	139,26	115,07	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	107,26	109,77	93,38	105,79	120,10	
Móveis e eletrodomésticos	199,63	233,55	207,22	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	238,14	266,44	224,76	231,96	229,41	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	203,79	214,76	213,16	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	229,61	224,61	217,08	245,63	231,12	
Livros, jornais, revistas e papelaria	123,79	127,55	126,30	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	145,18	157,25	168,67	134,43	120,38	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 583,64	1 665,68	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 207,33	1 110,25	1 189,07	1 302,13	1 227,86	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	222,67	253,77	240,84	246,05	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	231,69	235,33	209,89	233,48	248,04	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	142,10	148,67	141,56	147,66	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	148,13	149,75	137,88	149,55	155,34	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2011

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,5
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11
Indústria de transformação	150,3	126,9	123,6	168,9	140,3	164,4	161,7	162,8	149,4	159,5	147,2	158,0	140,7	145,2	149,7	135,7	153,4	142,2
Alimentos	116,8	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	138,9	133,1	121,7	122,9	95,8	100,4	87,0	91,6	109,1	114,0
Bebidas	140,4	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1	105,7	125,3	149,0	162,4	161,0	175,4	132,7	128,2	124,0	141,5	137,1
Madeira	80,1	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	83,5	74,3	78,8	77,8	74,3	83,4	79,6
Celulose, papel e produtos de papel	139,4	144,5	127,2	150,9	137,6	145,7	113,6	145,5	139,4	141,2	138,5	147,4	141,0	143,9	148,1	135,1	152,2	140,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	446,0	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	457,4	437,6	369,6	748,1	153,1	389,8	187,5
Refino de petróleo e álcool	91,7	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	84,3	99,5	99,8	93,9	89,9	93,1	81,4	82,7	102,2
Outros produtos químicos	66,9	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	75,9	43,8	64,1	70,8	72,4	54,5	58,9
Borracha e plástico	129,1	131,3	125,9	144,3	114,2	120,3	130,1	138,4	131,6	129,9	132,1	131,1	119,7	129,1	124,7	125,9	139,5	126,3
Minerais não metálicos	129,7	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	138,1	127,7	129,5	124,0	124,7	136,1	133,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	120,5	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	129,1	127,5	128,8	126,0	111,0	125,3	118,3	119,8	132,9	130,1
Máquinas e equipamentos	178,5	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	190,9	160,5	171,1	146,1	179,9	203,8	154,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	131,0	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	150,3	134,7	134,2	115,8	153,0	151,1	117,2
Veículos automotores	315,2	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0	366,0	365,2	318,9	338,5	316,9	298,5	352,2	275,5	384,8	369,9	378,4
Mobiliário	108,6	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3	101,3	113,4	115,4	114,2	121,8	117,4	95,9	100,8	103,8	93,7	85,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8	103,5
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2	103,9
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0	150,9
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2	282,3
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0	82,8
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0	93,4
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7	105,4
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,0	233,9	220,8
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0	81,2
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1	126,5
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5	104,1
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8	173,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8	109,2
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11
Indústria geral	104,3	104,5	104,7	104,7	105,4	106,4	105,9	103,9	106,5	104,2	105,5	107,4	109,0
Indústrias extrativas	71,1	72,5	72,9	73,4	73,3	72,3	70,2	69,6	67,4	68,4	67,9	66,6	66,7
Indústria de transformação	104,7	104,9	105,1	105,1	105,8	106,8	106,3	104,3	107,0	104,7	106,0	107,9	109,6
Alimentos e bebidas	152,2	154,1	154,2	153,2	154,8	157,8	154,9	154,1	159,4	152,2	155,0	161,8	168,6
Fumo	213,6	164,9	103,1	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3	270,0	205,7	278,4	293,5	302,4
Têxtil	84,5	84,5	85,6	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2	86,0	84,6	85,8	86,3	87,3
Vestuário	93,0	92,3	92,9	92,6	91,8	92,6	91,8	88,6	89,7	87,8	91,6	89,7	89,8
Calçados e couro	106,2	106,3	106,3	105,0	104,1	102,3	98,3	92,0	91,3	89,9	91,0	91,5	92,9
Madeira	35,0	34,6	34,4	33,8	33,5	33,1	32,9	32,1	31,5	31,9	31,2	31,6	31,5
Papel e gráfica	130,2	130,3	130,4	131,0	133,9	136,6	136,7	134,7	133,4	134,1	132,8	133,7	133,1
Refino de petróleo e combustíveis	231,7	232,1	232,2	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7	202,3	180,3	185,2	218,9	224,8
Produtos químicos	101,7	102,5	100,8	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1	98,8	100,7	99,4	97,4	97,8
Borracha e plástico	81,1	80,3	78,9	79,2	80,8	79,8	78,7	76,9	79,7	77,9	78,6	81,5	80,9
Minerais não-metálicos	127,0	127,9	129,9	131,1	126,0	128,7	129,7	129,3	127,2	126,6	127,5	128,1	126,8
Metalurgia básica	80,3	80,5	79,2	80,4	79,5	79,8	78,4	77,7	83,2	82,2	82,9	83,7	84,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	107,7	109,4	111,0	113,2	120,1	120,6	123,1	114,0	124,6	123,1	127,3	124,7	123,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	172,7	173,0	173,8	173,6	174,1	174,4	171,8	165,5	164,2	166,1	164,1	164,6	161,9
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	107,3	109,2	110,5	112,2	113,7	114,5	116,7	116,8	126,9	121,3	124,3	128,7	133,2
Fabricação de meios de transporte	148,1	149,1	150,0	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5	161,9	159,2	160,1	162,7	165,7
Fabricação de outros produtos	60,6	59,4	60,1	60,1	60,8	62,0	62,1	62,9	65,6	63,4	64,0	65,8	69,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Jan.-Maio 2011	28 865	11 352	10 804	34 752	5 266	-	91 039

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009	189 269	-1,20	3 185 125	-0,60
2010 ⁽³⁾	-	8,30	-	7,61

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná. Mediana das expectativas de mercado do boletim Focus, do Banco Central, para o Brasil.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
e Coordenação Geral